

# PERSPECTIVA FILOSÓFICA

---

## CONTEXTUALISMO EPISTÊMICO, ANÁLISE DO CONHECIMENTO E EXTERNALISMO

Arthur Viana Lopes<sup>1</sup>

### **Resumo**

Em sua versão mais corrente, o contextualismo epistêmico é uma posição sobre as condições de verdade de asserções de conhecimento, i.e., sentenças da forma “S sabe que p” e “S não sabe que p”. O contextualista defende basicamente que as condições de verdade de sentenças desse tipo variam em função do contexto em que são proferidas. Embora seja essencialmente uma tese semântica, a principal motivação dos contextualistas é a possibilidade de solucionar, através dela, um dos principais problemas da epistemologia tradicional: o paradoxo céptico. Nosso interesse neste artigo é analisar a eficácia da abordagem semântica do contextualismo em solucionar o paradoxo. Para isso, vamos analisar duas possibilidades de interpretação da abordagem: (1) o objeto de análise do contextualismo é distinto do objeto próprio da epistemologia tradicional, e é isso que constitui sua neutralidade epistemológica; (2) a tese semântica do contextualismo diz respeito ao objeto de análise da epistemologia tradicional. Nós defenderemos que o contextualismo como (1), apenas como uma tese semântica, falha em fornecer uma resposta adequada aos problemas levantados pelo paradoxo céptico e que existem fortes razões para o rejeitarmos quando entendido como (2). Por fim, nosso objetivo específico é mostrar que a rejeição da abordagem contextualista e uma compreensão adequada da natureza do paradoxo céptico fornecem uma boa motivação para uma resposta externalista do problema.

**Palavras-chave:** Contextualismo Epistêmico, Externalismo, Paradoxo Céptico.

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPB. E-mail: [arthurvlandes@hotmail.com](mailto:arthurvlandes@hotmail.com)

## Abstract

In its most current version, epistemic contextualism is a view about the truth conditions of knowledge attributions, i.e., sentences of the form “S knows that p” and “S doesn’t know that p”. The contextualist basically claims that the truth conditions of such type of sentences vary depending on the context in which they are asserted. Although it is essentially a semantic thesis, the contextualists’ main motivation is the possibility of solving one of the principal problems of traditional epistemology: the skeptical puzzle. Our interest in this paper is analyzing the efficiency of the semantic approach of the contextualism in solving the puzzle. For that, we analyze two possible interpretations of this approach: (1) the object of the analysis of the contextualist is distinct from the proper object of traditional epistemology, and that is what constitutes its epistemological neutrality. (2) the semantic thesis of contextualism does concern the object of analysis of traditional epistemology. We claim that the contextualism as (1), understood only as a semantic thesis, fails in providing a suitable answer to the problems raised by the skeptical puzzle, and that there are strong reasons to reject it when understood as (2). At last, our specific goal is to show that the rejection of the contextualist approach and an adequate comprehension of the nature of the skeptical puzzle provide good motivation for an externalist answer to the problem.

**Keywords:** Epistemic Contextualism, Epistemic Externalism, Skeptical Puzzle.

## 1 O contextualismo semântico

Em sua versão mais popular, a versão na qual estamos interessados, o contextualismo epistêmico é uma posição sobre as condições de verdade de *asserções de conhecimento*, i.e., sentenças da forma “S sabe que p” e “S não sabe que p”. O contextualista defende basicamente que as condições de verdade de sentenças desse tipo *variam* em função do *contexto* em que são proferidas. A ideia, *grosso modo*, é que da mesma forma em que *o que conta como* “alto”, “vazio” ou “pesado” é determinado por um contexto conversacional o valor de verdade de uma asserção de conhecimento depende do que conta como “conhecimento” no contexto em que está em jogo. Embora seja um aspecto fundamental de sua posição, contextualistas não estão em claro acordo sobre a natureza contextual de “conhecer”. Um contextualista pode defender que “conhecer” (ou “saber”) é um termo sensível ao contexto, da mesma forma em que o termo “careca” o é, i.e., devido à sua *vaguidade*

(HELLER, 1999); defender que “conhecer” é contextual, porque seria uma espécie de *indexical* (COHEN, 1988); ou mesmo não se comprometer com uma teoria específica sobre a contextualidade de sentenças – este, de qualquer maneira, não é o foco deste artigo. De uma forma ou de outra, no entanto, contextualistas estão comprometidos com a tese de que o *conteúdo* de uma atribuição (ou negação) de conhecimento e, conseqüentemente, seu valor de verdade, varia de contexto para contexto. O contextualismo é, nesse sentido, uma tese *semântica* sobre asserções de conhecimento (DeROSE, 1992, 1995; COHEN, 1988, 1995). Vamos chamar essa posição de *contextualismo semântico* (CS).

Essa variação de contextualismo epistêmico não é, portanto, uma teoria sobre o conhecimento *per se*. Jason Stanley (2005) coloca bem o ponto: “Contextualism is not a theory of knowledge, or even of ‘knowledge’, any more than the claim that the word ‘dog’ is context-sensitive is a theory of dogs or even of ‘dog’” (p. 17). Sua tese central diz respeito ao que ocorre com asserções de conhecimento, mas é silenciosa, ou ao menos pretende ser, quanto a assuntos propriamente epistemológicos. Não é correto afirmar, por exemplo, que o “(...) contextualism holds that the standards for knowledge change with context. Rather, it holds that the standards for the application of the word ‘knowledge’ change” (FELDMAN, 2004, p. 24). Deste modo, o contextualista semântico se distingue dos epistemólogos que estão interessados no tradicional projeto de desenvolver teorias específicas sobre o conhecimento e a justificação epistêmica. Conhecidamente, epistemólogos sempre estiveram interessados em determinar os critérios necessários e suficientes para a *posse* de conhecimento, em que o objeto primário de sua

investigação são os nossos *conceitos* epistêmicos. Dentro desse projeto, asserções de conhecimento tipicamente estão comprometidas com teorias propriamente epistemológicas, enquanto o CS pretende ser teoricamente neutro nesse ponto.

Contextualistas admitem prontamente que não é simples responder com precisão como o contexto do atribuidor altera condições de verdade de asserções de conhecimento ou o que exatamente define um contexto conversacional, mas em seu favor se apoiam em concepções e analogias cuja compreensão é bastante intuitiva. A resposta-padrão, e um tanto vaga, do contextualismo, entendido de uma forma geral, é em termos de *standards* (STINE, 1976; LEWIS, 1979; DeROSE, 1992). A ideia é que, de um contexto para outro, os *standards* ou requerimentos para o que conta como conhecimento variam “by some complicated function of speaker intentions, listener expectations, presuppositions of the conversation, salience relations, etc. – by what David Lewis calls the conversational score” (COHEN, 1999, p. 61). Seria possível, então, que mesmo não havendo qualquer alteração na situação propriamente epistêmica do sujeito a quem está sendo atribuído conhecimento uma mesma asserção de conhecimento satisfaça os *standards* estabelecidos em um contexto, mas não os de um contexto conversacional em que outros critérios para conhecimento estão em jogo.

A tese fundamental do CS, portanto, é que (i) asserções de conhecimento estão relacionadas a requerimentos variáveis estabelecidos conversacionalmente. Embora (i) seja essencialmente uma tese semântica, a principal motivação dos contextualistas é a possibilidade de solucionar, através dela, um dos principais problemas da epistemologia tradicional. Considere a forma-padrão de um *puzzle* ou *paradoxo céptico*:

( $P_1$ ) Eu não sei que  $\sim H$  (uma hipótese cética como ser um cérebro em uma cuba recebendo falsas sensações, estar alucinando, estar sendo enganado por um demônio maligno etc.).

( $P_2$ ) Se eu não sei que  $\sim H$ , então eu também não sei que  $p$  (uma proposição ordinária como “eu estou usando tênis”, “minha namorada tem cabelos longos” etc.).

---

(C) Eu não sei que  $p$ .

O que faz de argumentos dessa forma um *puzzle* é o fato de cada uma de suas premissas soar bastante plausível e sua conclusão parecer paradoxalmente ao mesmo tempo plausível e incrivelmente absurda. Parece claro que se alguém se dedica honestamente ao exercício de se imaginar dentro de uma hipótese cética, ela irá concordar com a plausibilidade de ( $P_1$ ). Como coloca DeRose, “for however improbable or even bizarre it may seem to suppose that I am a BIV, it also seems that I don’t know that I’m not one. How could I know such a thing?” (1995, p. 2). De maneira semelhante, se eu for mesmo um cérebro em uma cuba, ou estiver alucinando, estarei terrivelmente enganado em crer que “eu possuo um emprego” ou “eu não estou doente”. A partir dessas premissas, portanto, parece razoável concluir que, para usar o chavão mooreano, “eu não sei se tenho duas mãos”. Todavia, embora levados por um argumento cético desse tipo possamos nos convencer de que “eu não sei se tenho duas mãos”, essa conclusão obviamente se choca com nossa intuição ordinária muito forte de que sabemos sim que possuímos duas mãos (quando esse é o caso, é claro).

A resposta do CS é que a conclusão e as premissas do argumento cético não ameaçam realmente nossas atribuições ordinárias de conhecimento e, portanto, nossas intuições anticéticas. Assumindo a correção da tese (i), contextualistas, *grosso modo*, afirmam que há algo na argumentação cética que implica a *elevação* dos requerimentos sobre o que conta como conhecimento, de tal forma que nossas atribuições ordinárias de conhecimento não satisfazem os requerimentos em jogo nesse contexto. A falsidade dessas sentenças, no entanto, é *compatível* com a verdade delas quando ditas em um contexto com requerimentos mais baixos para “conhecimento”, como os que tipicamente ocorrem em situações cotidianas. DeRose escreve: “For the fact that the skeptic can invoke very high standards that we don’t live up to has no tendency to show that we don’t satisfy the more relaxed standards that are in place in more ordinary conversations and debates” (1995, p. 5). O ceticismo então, como rival do contextualismo, é uma tese *invariantista* sobre asserções de conhecimento, a posição de que as condições de verdade de nossas asserções de conhecimento não variam em função de contextos conversacionais. De acordo com o CS, ao afirmar que as nossas atribuições epistêmicas ordinárias são sempre, ou quase sempre, falsas, o cético está assumindo que os requerimentos para conhecimento são os mesmos em qualquer contexto. Por fim, a estratégia contextualista importante envolve a assunção de uma *teoria do erro*. Cohen (1999) resume a ideia:

According to the contextualist treatment of the skeptical paradox, competent speakers can fail to be aware of these context-sensitive standards, at least explicitly, and so fail to distinguish between the standards that apply in skeptical contexts, and the standards that apply in everyday contexts. This misleads them into thinking that certain knowledge ascriptions conflict, when they are in fact compatible. Contextualism thus combines a contextualist semantics for knowledge ascriptions with a kind of error theory – a claim that competent speakers are systematically misled by the contextualist semantics (p. 77).

A eficácia da abordagem semântica do contextualismo epistêmico vem sendo questionada há algum tempo. Existem basicamente dois tipos principais de preocupações com relação a ela (GRECO, 2008). O primeiro deles engloba as preocupações que surgem sobre a relação entre essa abordagem semântica e os projetos tradicionais da epistemologia. Um exemplo é a insistente objeção de que o “contextualism isn’t a theory about knowledge at all; it’s just a theory about knowledge attributions. As such, it’s not a piece of epistemology at all, but of the philosophy of language” (DeROSE, 1999, p. 188). Contextualistas devem esclarecer quais as implicações de sua tese semântica com relação aos interesses gerais dos epistemólogos. Isso se torna especialmente necessário quando sua principal motivação é lidar com um problema tradicional e quando há fatores que tornam confusa a pretensa neutralidade do CS quanto a uma teoria do conhecimento – apresentaremos alguns desses fatores em breve. O segundo tipo de preocupações diz respeito à própria base linguística do contextualismo. Em trabalhos recentes, John Hawthorne (2004) e Jason Stanley (2005), especialmente, têm argumentado fortemente que a análise linguística não sustenta de fato a tese contextualista sobre asserções de conhecimento. Essas objeções fornecem razões para rejeitarmos o CS independentemente de qual seja sua relação com projetos epistemológicos.

Neste artigo, nosso interesse diz respeito ao primeiro grupo de preocupações, ou seja, a relação do CS com os projetos e pressupostos teóricos da epistemologia tradicional. Nosso interesse, especialmente, é analisar sua eficácia em solucionar o paradoxo cético. Para isso, no que se segue, vamos analisar duas possibilidades de interpretação da abordagem contextualista: (1) o objeto de análise

do CS é distinto do objeto próprio da epistemologia tradicional, e é isso que constitui sua neutralidade epistemológica; (2) a tese semântica do CS diz respeito ao objeto de análise da epistemologia tradicional. Nós defenderemos que o contextualismo como (1), apenas como uma tese semântica, falha em fornecer uma resposta adequada ao paradoxo cético e que existem fortes razões para o rejeitarmos quando entendido como (2). Por fim, nosso objetivo específico é mostrar que a rejeição do CS e uma compreensão adequada da natureza do paradoxo cético fornecem uma boa motivação para uma resposta externalista ao problema.

## 2 O contextualismo e a epistemologia

Apesar do modo como define sua posição, pode ser muito difícil determinar o quanto o contextualista semântico é ou não neutro com relação a assuntos propriamente epistemológicos. Isso fica mais claro quando caracterizamos em que consistem a metodologia e os pressupostos da abordagem dos epistemólogos tradicionais – entendidos de uma forma geral –, e os da abordagem semântica do contextualismo. Uma distinção entre as duas abordagens ocorre quanto às suas posturas diante do que se acredita ser o objeto próprio da epistemologia, i.e., o conhecimento *per se*. Epistemólogos tipicamente assumem que sua disciplina possui um objeto próprio de análise e que seu trabalho é essencialmente investigar e tratar desse objeto. Contextualistas semânticos, por sua vez, se esforçam para deixar claro não estarem tratando desse objeto, ao menos não diretamente. É isso que eles que têm em mente quando salientam não ser correto interpretar o contextualismo como afirmando que em certos contextos conhecemos, mas em outros não. O CS, portanto, se distinguiria por não tratar do conhecimento *per se*.

Essa aparente distinção entre abordagens, entretanto, pouco esclarece o *status* epistemológico do CS. Em primeiro lugar, autores como os próprios DeRose e



Cohen, que supostamente compõem o CS, muitas vezes geram dúvidas sobre qual exatamente é o objeto de suas análises. Apesar de explicitamente declararem não tratar do conhecimento em si, muitas passagens podem confundir o leitor. Cohen, por exemplo, escreve que “the standards that determine how good one’s reasons have to be in order to know are determined by the context of ascription” (1999, p. 59). Uma vez que seu objeto de análise seriam asserções de conhecimento, seria mais adequado escrever sobre quão boas as razões de alguém devem ser para que ele “conheça”. A questão é que passagens desse tipo, que momentaneamente desprezam a metalinguagem, podem ser alvo de confusão justamente porque, apesar da crítica primária aos contextualistas – de que suas considerações pertencem exclusivamente à filosofia da linguagem –, a relevância epistemológica de sua tese não foi satisfatoriamente esclarecida.

Outro possível motivo de confusão é fornecido por DeRose (1999). Quando escreve sobre a posição de Peter Unger (1975), DeRose a caracteriza como a principal rival do contextualismo: “This position, invariantism about truth conditions (...) is the great rival to contextualism” (1999, p. 192). Todavia, como o próprio DeRose esclarece, Unger (1975) defendia explicitamente que os *standards* mais frouxos que governam nossas atribuições ordinárias de conhecimento são apenas *standards* para quando é *apropriado* dizer que “S sabe que *p*”. Os *standards* para o conhecimento propriamente dito são muito altos, altos ao ponto de gerar a conclusão cética de que nossas atribuições ordinárias de conhecimento são quase sempre falsas. Entretanto se a posição que consiste no rival imediato do CS é invariantista quanto aos requerimentos para conhecimento – o objeto próprio da epistemologia – e faz

uma distinção clara entre esse objeto e os requerimentos para asserção de conhecimento, então é difícil imaginar como o contextualista semântico, como oponente dessa posição, não tenha nada a dizer sobre o objeto próprio da epistemologia. Como exatamente o contextualismo é uma tese contrária ao invariantismo? Como ele pode ser uma tese rival, rejeitando apenas a invariância de requerimentos para “conhecimento”? O CS, afinal, é contra a distinção de Unger? Sua tese diz algo sobre o objeto da epistemologia?

Essa questão se torna mais séria quando pensamos melhor no que está envolvido nas duas abordagens. Até então, falamos do pressuposto muito comum entre filósofos de que a epistemologia possui um objeto próprio de análise, mas não questionamos que objeto é esse. A resposta a essa pergunta se tornou padrão a partir do momento em que epistemólogos se tornaram mais cientes daquilo que consiste a metodologia da *análise de conhecimento*, o empreendimento que se popularizou na imensa repercussão do célebre artigo de Edmund Gettier (1963). Filósofos empreendendo a análise do conhecimento tipicamente descrevem alguns tipos de casos e consultam suas *intuições* sobre se um determinado sujeito possui conhecimento ou está justificado na situação em questão. A ideia é que essas intuições refletem justamente nossos *conceitos de conhecimento* e de *justificação*. Essa, portanto, se tornou a resposta sobre qual o nosso objeto de estudo na epistemologia: nossos conceitos epistêmicos – neste artigo, vamos focalizar apenas o conceito de conhecimento. A partir do momento em que explicitamos qual o objeto próprio da epistemologia, torna-se mais fácil perceber que a relação entre a abordagem semântica do contextualismo e a *abordagem conceitual* da epistemologia, por assim dizer, pode talvez ser mais estreita do que às vezes é alegado e, conseqüentemente, que o peso epistemológico do CS é proporcionalmente maior.

Parece ser pressuposto pelo CS, e é explicitamente defendido por Unger (1975), que asserções de conhecimento e nosso conceito de conhecimento são

objetos significativamente diferentes, mas essa separação não é de forma alguma óbvia. Em primeiro lugar, exige uma semelhança importante que aproxima os dois objetos de estudo. Tanto nosso conceito de conhecimento quanto nossas asserções de conhecimento estão ligados a práticas ordinárias. O julgamento de inúmeros casos ordinários como casos de conhecimento são aplicações de nosso conceito de conhecimento e refletem propriedades importantes sobre esse conceito. Da mesma forma, contextualistas querem mostrar propriedades importantes de nossas asserções de conhecimento que seriam determinadas conversacionalmente, portanto, em situações ordinárias. Eles estão tratando de objetos distintos? Essa é uma questão difícil. Na análise de conhecimento, filósofos lidam com *intuições de categorização*: “este é um caso de conhecimento”, “este não é um caso de conhecimento”, ou “sim, *S* sabe que *p*”, “*S* não sabe que *p*”. Contextualistas supostamente estão interessados apenas em intuições semânticas, querem mostrar diferenças nas condições de verdade de asserções e que elas estão ligadas a contextos específicos. No entanto, como veremos, contextualistas também utilizam a descrição de casos para defender sua ideia fundamental de que uma mesma sentença pode ser verdadeira em um contexto e falsa em outro. É difícil afirmar que as intuições “*S* sabe que *p* em  $C_1$  é verdadeiro” e “*S* sabe que *p* é falso em  $C_2$ ” não refletem algo sobre conceitos epistêmicos da mesma forma que uma intuição de categorização típica da análise do conhecimento. Intuir que uma determinada sentença de conhecimento é verdadeira ou falsa, afinal, não parece muito diferente de uma categorização conceitual.

Outro fator que torna confuso determinar se há separação entre esses objetos é o fato do CS tentar explicar a variação de condições de verdades de

asserções de conhecimento em termos de variações de *standards* para “conhecimento”<sup>2</sup>. DeRose (1999) afirma, *grosso modo*, que em certos contextos para que uma asserção seja verdadeira é necessário que alguém esteja em uma posição epistêmica muito forte com relação a *p* e que em outros não é necessário que sua posição epistêmica seja igualmente forte. Filósofos realizando análise conceitual tipicamente propõem teorias específicas em termos de critérios necessários e suficientes. O problema é que se explicitarmos os requerimentos em jogo em um contexto isso soará muito próximo à postulação de uma teoria do conhecimento, e contextualistas devem defender que esses requerimentos não tratam de conhecimento *per se*. Por exemplo, suponha que *standards* extremamente rigorosos estão em jogo em um contexto cético e que eles podem ser colocados da seguinte forma: “‘*S* sabe que *p*’ é correto *se* a evidência que *S* possui pode afastar todas as possibilidades lógicas em que não-*p*”. Esses requerimentos não dizem respeito ao nosso conceito de conhecimento? Mesmo que o contextualista responda negativamente, ele está comprometido com a tese de que são fatores conversacionais que determinam esses requerimentos, e epistemólogos prontamente admitem que as atribuições e negações de conhecimento que fazemos em situações ordinárias refletem propriedades de nosso conceito de conhecimento. Por acaso, essa variação contextual de *standards* reflete propriedades contextuais de nosso conceito de conhecimento? Ou implicam a existência de vários conceitos do conhecimento? A resposta positiva para qualquer uma dessas questões significaria que o CS realmente não é teoricamente neutro com relação ao objeto próprio da epistemologia. Afinal, o CS trata direta ou indiretamente de nosso conceito de conhecimento?

---

<sup>2</sup> Contextualistas diferem sobre se “*standards*” são uma questão de grau de justificação, extensão de mundos possíveis onde a verdade é rastreada (*track*), extensão de alternativas relevantes, entre outros. Nós não precisamos entrar em detalhes sobre cada uma dessas teorias uma vez que nossa discussão diz respeito à idéia de que *standards* para “conhecimento”, de um modo geral, variam.

Nós não vamos nos esforçar para responder a essa última questão. Nosso interesse, na verdade, é investigar como a sua resposta é determinante para o sucesso da abordagem semântica em solucionar o paradoxo cético. No que se segue, vamos analisar duas possíveis respostas: (1) o CS, e seu método, não trata do conceito de conhecimento em si; (2) o CS defende com sua tese central que os *standards* que variam contextualmente dizem respeito exatamente ao nosso conceito de conhecimento, ou a vários conceitos de conhecimento. No tópico seguinte, vamos mostrar porque (1) torna a abordagem do CS inadequada para solucionar o problema.

## **2.1 A natureza do paradoxo cético**

Embora tenda a ser difícil, talvez seja possível mostrar que quando utilizam intuições a partir da descrição de casos ordinários para defender sua tese, (1) contextualistas não estão lidando com o conceito de conhecimento. Alguém pode, por exemplo, remeter ao fato de que, diante de uma atribuição “*S* sabe que *p*”, ainda é possível questionar algo como: “mas *S realmente* possui conhecimento que *p*?”. Esse tipo de questão talvez só possa ser respondido com um tipo específico de análise que distinguiria as intuições que guiam essas atribuições e as intuições que dizem respeito a conceitos epistêmicos. Diante dessas questões, teríamos de analisar coisas como a quantidade de evidência que *S* possui, se sua evidência é adequada, a situação objetiva de *S* no mundo etc. Assim, alguém pode tentar construir uma distinção entre as condições de verdade de uma mera atribuição de conhecimento – algo determinado conversacionalmente – e as condições para que *S* realmente tenha

conhecimento de que  $p$  – algo que independe de fatores contextuais de um atribuidor e que de fato envolve análise conceitual. Contextualistas semânticos, afinal de contas, não pretendem afirmar que em certos contextos conversacionais conhecemos e em outros não. O problema, entretanto, é que críticos do CS estão predispostos a aceitar (1) justamente por julgarem que essa distinção o torna epistemologicamente irrelevante. Nós acreditamos, particularmente, que se o CS opta por tentar defender (1), ele falha em fornecer uma resposta adequada ao problema que lhe serve como maior motivação filosófica.

Alguns autores já atacaram a abordagem semântica porque acreditam que ela não faz justiça aos problemas levantados pelos céticos (BACH, 2005; FELDMAN, 1999, 2001; KORNBLITH, 2000; SOSA, 2000). Críticas desse tipo, no entanto, falham, caso caracterizem a abordagem contextualista como uma tentativa geral de fornecer respostas a argumentos céticos. Isso é precipitado. Contextualistas não estão interessados em tratar da racionalidade de nossas crenças de que não somos um cérebro em uma cuba, em defender a qualidade de nossas evidências a favor da existência do mundo externo etc. “We have to be clear about the nature of the project. What we are confronting is paradox (...) What we seek is a way out of paradox, a resolution of our inconsistent inclinations” (COHEN, 1999, p. 69). Então, por que (1) falha em solucionar o paradoxo? Nosso ponto é que se o contextualista puder mesmo defender que sua análise não diz respeito ao nosso conceito de conhecimento, mas a alguma coisa diferente, sua tentativa de resposta se afasta ilegitimamente da natureza do problema.

Se da forma como é apresentada pelos seus defensores não está claro se a análise semântica de asserções de conhecimento diz algo sobre nossos conceitos epistêmicos, está muito claro que o cético diz. O contextualista acusa o cético de elevar os requerimentos para “conhecimento” de uma forma que torna nossas atribuições ordinárias falsas e pretende explicar a atração de uma conclusão cética,

como “eu não sei se possuo duas mãos”, assim como salvar nossas atribuições ordinárias através da engenhosidade do cético em elevar esses requerimentos. Essa caracterização, todavia, deve ser rejeitada. O cético está afirmando sim que nossas atribuições ordinárias de conhecimento são geralmente falsas, mas ele não está meramente dizendo que nós não podemos satisfazer requerimentos muito altos. Como Richard Feldman (1999) coloca, “the most challenging skeptical arguments don't simply claim that we fail to meet some extraordinarily high standards for knowledge. Rather, they claim that we fail to meet ordinary standards” (p. 107).

O que torna os argumentos céticos tão robustos é exatamente a ideia que nossas práticas ordinárias de atribuição não satisfazem nossos próprios *requerimentos ordinários*. Nós acreditamos possuir conhecimento sobre inúmeras proposições. Entretanto, quando possibilidades céticas são levantadas e nos convencemos de que seríamos incapazes de perceber a falsidade de nossas crenças, caso estivéssemos nessas situações, nós nos sentimos impelidos a duvidar de que realmente possuamos conhecimento dessas proposições ordinárias. Isso acontece porque o cético chama a atenção para possibilidades de engano que não consideramos antes, ou que ignoramos a maior parte do tempo, e ficamos com a sensação de que apenas nos *iludimos* quando fazemos atribuições ordinárias. Nós concordamos, ao menos temporariamente, que não temos o que é necessário para conhecer a maior parte do tempo. Em outras palavras, isso significa que parecemos não satisfazer aos critérios de nosso próprio conceito de conhecimento. É isso que verdadeiramente torna considerações céticas, assim como o conflito de intuições presentes no paradoxo, tão atrativas. Há algo no nosso aparato conceitual que gera a

intuição de que não sabemos se somos um cérebro em uma cuba e que, se não sabemos isso, talvez também não saibamos inúmeras proposições sobre o mundo externo, ao mesmo tempo em que temos a forte impressão de conhecer inúmeras coisas.

Dentro da própria literatura contextualista, esse ponto é bem ilustrado pelo modo como Lewis (1996) introduz a motivação de sua teoria. Por um lado, “to speak of fallible knowledge, of knowledge despite uneliminated possibilities of error, just sounds contradictory” (p. 549). Por outro lado, quando fazemos epistemologia e pensamos em possibilidades céticas, nós percebemos que “we never have infallible knowledge” (p. 549). É por isso que o desafio do *puzzle* cético consiste em “to thread a course between the rock of fallibilism and the whirlpool of skepticism” (p. 566). Nós simplesmente precisamos arranjar um modo de solucionar nossas tendências intuitivas inconsistentes. Não é à toa que Stephen Schiffer (1996) defende explicitamente que a origem do paradoxo cético se deve a um aspecto problemático de nosso *conceito* de conhecimento: “*The trouble is that our concept of knowledge has a deep-seated incoherence*” (p. 330). O paradoxo cético, portanto, (1) surge exatamente devido a algo que faz parte de nosso conceito de conhecimento. Se o CS negar que sua abordagem diz algo sobre esse conceito, claramente ela falha em propor uma resposta com a força normativa adequada. A adequação de qualquer resposta ao paradoxo, sua explicação ou um consolo às suas aparentes consequências céticas, depende de algo que remeta à sua natureza conceitual.

## **2.2 Contextualismo de *Standards* e o conceito de conhecimento**

Para o CS resta, assim, a opção de assumir a tese mais substantiva de que (2) sua análise realmente diz respeito ao nosso conceito de conhecimento. De fato, a estratégia contextualista *prima facie* soa muito mais razoável quando interpretada



dessa forma. Se sua estratégia é defender que argumentos cétricos não afetam a verdade de nossas atribuições ordinárias de conhecimento, porque estamos afirmando coisas diferentes em contextos ordinários e contextos cétricos, e.g., “*S* sabe que *p* (relativo aos requerimentos de  $C_1$ )”, “Não, *S* não sabe que *p* (relativo aos requerimentos de  $C_2$ )”, o contextualista estará defendendo algo muito estranho se afirmar que essas condições de verdade não dizem respeito a requerimentos relativos a nosso conceito de conhecimento. É uma interpretação muito mais natural a de que essa mudança de assunto ocorre porque sujeitos estão expressando conceitos diferentes, ou um mesmo conceito que sofre alterações contextuais<sup>3</sup>, que exigem requerimentos diferentes para que uma situação seja categorizada como uma instância desse conceito. Isso torna o CS mais próximo das abordagens contextualistas de alternativas relevantes que não fazem distinção entre conhecimento e “conhecimento” (STINE, 1976 ; COHEN, 1988 ; HELLER, 1999). Ao optar por (2), portanto, o CS está comprometido ou com a tese de que os requerimentos para satisfazer o conceito de conhecimento variam contextualmente ou com a tese de que esses requerimentos variam porque expressamos diferentes conceitos em contextos diferentes. Nós vamos defender agora, entretanto, que é bastante duvidoso se as implicações da tese contextualista são mesmo suportadas por nossas intuições epistêmicas.

---

<sup>3</sup> É possível, por exemplo, que alterações na saliência de algum aspecto da situação descrita gerem intuições diferentes sobre a mesma situação em contextos diferentes, onde diferentes aspectos são salientados (ver BASALOU, 1985; ROSCH, 1978).

O primeiro grande problema em assumir (2) é que isso implica uma versão da conhecida crítica de que a teoria do erro defendida pelo contextualista é implausível. Stephen Schiffer (1996), por exemplo, argumenta que o modelo indexical do contextualismo adotado por muitos, para ser correto, teria de adotar uma teoria extrema do erro. Falantes competentes geralmente estão bem cientes do que ocorre em uma conversação. Quando utilizamos expressões indexicais como “está chovendo” e “ele é alto”, estamos cientes de que essas sentenças expressam coisas como “está chovendo (em Santa Catarina)” e “ele (Lucas) é alto (para os padrões dos brasileiros)”, ou podemos facilmente explicitar esse conteúdo ao longo de uma conversação. Se alterarmos os requerimentos em jogo e passarmos a avaliar “Lucas é alto” segundo os padrões de jogadores da NBA, por exemplo, nós também não temos dificuldades em perceber a diferença entre o que dizemos antes e o que estamos dizendo agora. Isso não ocorre no caso de asserções de conhecimento. Particularmente, isso claramente não ocorre em argumentos que ilustram o paradoxo cético. A conclusão do cético de que nossas atribuições ordinárias são falsas parece *contradizer* nossas atribuições ordinárias. Assim, nós teríamos de possuir uma séria incompetência semântica quanto a “conhecer”, uma falha necessária para explicar por que, em primeiro lugar, existe um paradoxo.

O problema, nesse caso, é que agora estamos falando do nosso conceito de conhecimento. Quando concordamos que não sabemos se somos um cérebro em uma cuba e que por isso não sabemos se realmente possuímos duas mãos, nossa intuição é muito clara: “é, eu não sabia realmente se possuo duas mãos”. Da mesma forma, se estando em um zoológico sou informado de que funcionários de zoológicos no país estão pintando mulas para que pareçam com zebras e digo “eu não sei se esse animal é mesmo uma zebra”, essa asserção parece fortemente *contradizer* atribuições anteriores que “eu sei que esse animal é uma zebra”. A teoria do erro contextualista, portanto, agora (II) implica que nós na verdade dizemos coisas muito diferentes

quando estamos pensando sobre os requerimentos para conhecimento propriamente dito, ao mesmo tempo em que nossa tendência intuitiva é a de que nós apenas iludidamente fizemos tais atribuições em situações ordinárias. Em argumentos céticos, nós não meramente nos enganamos com nossas palavras, nós ignoramos seriamente que o que entendíamos ordinariamente por conhecimento é bastante diferente do que agora entendemos por conhecimento. Essa teoria do erro é muito comprometedora.

Nós precisamos mesmo assumir que o que entendemos como conhecimento varia contextualmente? O contextualismo não tem outra opção caso seja entendido como (2). Uma forma de tentar defender essa tese é através da descrição de casos. Um dos exemplos mais utilizados a favor da intuição contextualista é o caso dos bancos descrito por DeRose (1992):

Bank Case A. My wife and I are driving home on a Friday afternoon. We plan to stop at the bank on the way home to deposit our paychecks. But as we drive past the bank, we notice that the lines inside are very long, as they often are on Friday afternoons. Although we generally like to deposit our paychecks as soon as possible, it is not especially important in this case that they be deposited right away, so I suggest that we drive straight home and deposit our paychecks on Saturday morning. My wife says, "Maybe the bank won't be open tomorrow. Lots of banks are closed on Saturdays." I reply, "No, I know it'll be open. I was just there two weeks ago on Saturday. It's open until noon.

Bank Case B. My wife and I drive past the bank on a Friday afternoon, as in Case A, and notice the long lines. I again suggest that we deposit our paychecks on Saturday morning, explaining that I was at the bank on Saturday morning only two weeks ago and discovered that it was open until noon. But in this case, we have just written a very large and very important check. If our

paychecks are not deposited into our checking account before Monday morning, the important check we wrote will bounce, leaving us in a very bad situation. And, of course, the bank is not open on Sunday. My wife reminds me of these facts. She then says, “Banks do change their hours. Do you know the bank will be open tomorrow?” Remaining as confident as I was before that the bank will be open then, still, I reply, “Well, no. I’d better go in and make sure” (p. 913).

Suponha também que em ambos os casos o banco estará aberto no sábado. DeRose defende que nossas intuições nesse caso são as de que ele está dizendo algo verdadeiro quando afirma no primeiro caso “eu sei que o banco abrirá amanhã” e que ele está dizendo algo falso quando afirma no segundo caso “eu não sei se o banco abrirá amanhã”, apesar de sua evidência a favor da crença em questão ser exatamente a mesma em ambos. Dessa forma, as duas asserções não estariam em conflito. Esse caso ilustra uma alteração de requerimentos para conhecimento? É duvidoso. Não está claro se as intuições para as quais apela DeRose refletem realmente intuições epistêmicas. Mesmo que exista uma adequação em pronunciar essas asserções, não há razões para concluir que essa adequação reflète alterações nos requerimentos para conhecimento. É muito fácil duvidar de que o sujeito em questão possa saber que o banco abrirá no sábado em qualquer um dos casos. Afinal, o mero fato de ter ido ao banco no sábado há duas semanas é evidência suficiente para alguém saber que ele estará aberto neste sábado? Muitos podem, por exemplo, não ter intuições claras sobre o caso até que aspectos sobre o funcionamento dos bancos nessa região sejam satisfatoriamente descritos<sup>4</sup>.

Além disso, (III) não é difícil construir uma interpretação invariancionista desses casos. DeRose aponta três possíveis fatores contextuais que poderiam alterar

---

<sup>4</sup> Em outras palavras, nós duvidamos da interpretação de que a nossa intuição do segundo caso é a de que o sujeito diz algo *verdadeiro* quando afirma “eu sei que o banco abrirá amanhã”. Uma forma de construir essa objeção é através da conhecida distinção entre condições de verdade e condições para

os requerimentos em jogo nos casos (1992, p. 914-915). Primeiro, a *importância de estar certo*. Na segunda situação, obviamente é extremamente importante que o sujeito saiba se o banco estará ou não aberto no sábado; do contrário, os *custos* envolvidos em uma crença errada podem ser muito altos. Já na primeira, não é nem um pouco importante que o sujeito esteja realmente certo. Segundo, a *menção de uma possibilidade*. No primeiro caso, uma vez que a possibilidade de que os bancos mudam seus horários não foi mencionada, não é necessário que o sujeito afaste essa possibilidade, e o fato de ter ido ao banco no sábado duas semanas atrás é evidência suficiente para satisfazer os critérios de conhecimento. No segundo, ainda é necessário afastar essa possibilidade. Terceiro, a *consideração de uma possibilidade*. Uma vez que o sujeito não pode deixar de ignorar a possibilidade que foi levantada, então ele não satisfaz os requerimentos mais rigorosos do segundo contexto. Esses fatores, no entanto, estão longe de fornecer um caso convincente para a tese de variação de *standards* para o conceito de conhecimento – ou existência de vários conceitos.

Na primeira situação, não precisamos interpretar que o fato de uma possibilidade não ser mencionada – portanto não considerada – e não haver custos elevados relacionados à crença em questão significam requerimentos baixos para o que conta como conhecimento. Podemos dizer em lugar disso, e essa parece uma interpretação razoável, que justamente porque não há nada de importante na crença, “o banco vai abrir amanhã”, sua autoatribuição de conhecimento não diz realmente

---

assertabilidade justificada. Uma vez que nosso foco são intuições epistêmicas propriamente ditas, no entanto, nós não vamos tentar defender diretamente tal distinção. Para isso, ver Stroud (1984).

---

respeito ao conceito de conhecimento. Houvesse razão para o sujeito avaliar de uma forma minimamente séria se ele sabe mesmo se o banco abrirá amanhã, talvez duvidasse da suficiência de sua evidência. Um contextualista talvez objete que essa réplica também não é convincente. Afinal, como podemos garantir que a intuição não diz respeito aos nossos conceitos epistêmicos? O ponto, no entanto, é justamente que não há nada que favoreça a interpretação contextualista em detrimento da nossa. Ao contrário, a literatura epistemológica tende a concordar que a análise do conhecimento envolve julgamentos de categorização mais cuidadosos.

Também não precisamos concordar que esses fatores contextuais estejam elevando os requerimentos para conhecimento na segunda situação. Podemos, ao contrário, intuir que sempre foi necessário afastar a possibilidade em jogo. Afinal, se a situação evidencial no primeiro caso pode gerar dúvidas sobre o estado de conhecimento do sujeito, é bem menos controverso que checar no próprio banco se ele abrirá um dia depois fornece evidência suficiente para saber se ele abrirá ou não. Podemos, particularmente, também negar que os custos envolvidos aumentam o que é preciso para conhecer a proposição. Nessa situação, eles apenas fizeram com que o sujeito pensasse seriamente sobre se conhecia a proposição. De fato, é muito duvidoso que o sujeito tenha permanecido “*as confident as I was before*” após considerar a possibilidade dos bancos mudarem seus horários. Se ele continuou acreditando com a mesma convicção que o banco abriria no sábado, por que ele checaria a informação? Mesmo que os custos fossem ainda mais altos – digamos que o dinheiro fosse para pagar o sequestro de um ente querido, e o não pagamento implicaria que a vítima fosse machucada –, isso não significaria um aumento nos requerimentos para conhecimento. Eles poderiam talvez fazer com que o sujeito, por exemplo, exigisse falar com o próprio gerente do banco e mesmo assim ainda considerasse a possibilidade de estar sendo enganado por ele. O fato de fatores psicológicos levarem um sujeito a demandar muita evidência, no entanto, não

significa que ele já não tenha alcançado evidência suficiente para possuir conhecimento<sup>5</sup>. Talvez, é claro, o sujeito não venha realmente a possuir conhecimento porque tantas preocupações o impedem de alcançar um estado doxástico adequado<sup>6</sup>.

Até aqui nós procuramos mostrar que a questão sobre qual a posição do contextualismo com relação ao objeto próprio da epistemologia, por conseguinte, a questão sobre sua neutralidade epistemológica, o coloca em uma situação complicada. Por um lado, se o entendermos como (1) apenas uma posição semântica, cujo objeto de análise não diz respeito a nossos conceitos epistêmicos, então é difícil imaginar como o CS pode fornecer uma resposta ao paradoxo cético, uma vez que esse (I) claramente surge de um aspecto de nosso conceito de conhecimento. Por outro lado, se (2) a análise contextualista diz mesmo respeito aos nossos conceitos epistêmicos, é duvidoso se sua tese de variação de requerimentos pode ser sustentada. Primeiro, (II) sua tese implica na teoria do erro comprometedora de que nós ignoramos seriamente que o que nós entendemos por conhecimento varia contextualmente. Em segundo lugar, (III) podemos fazer interpretações invariantistas sobre um dos casos mais influentes a favor da tese de variação de *standards*. A estratégia contextualista para responder ao paradoxo cético, portanto, ou

---

<sup>5</sup> Kent Bach (2005) desenvolve uma teoria nessa linha, a qual chama de “*invariantismo moderado*”. Sua posição é diferente do que DeRose (1999) chama de invariantismo cético porque manteria, ao contrário, que os requerimentos para conhecimento geralmente são baixos. No entanto, o índice de *confiança* exigido para que os sujeitos atribuam conhecimento para si mesmos e para outros pode variar de acordo com o que está em jogo com relação às crenças.

<sup>6</sup> Para uma teoria que defende que conhecimento, propriamente dito, depende de fatores relacionados aos interesses práticos do sujeito epistêmico, ver Stanley (2005).

comprometedoramente ignora (I) ou leva a (II) e (III). Nós iremos defender agora uma alternativa de resposta ao paradoxo que faz jus à natureza conceitual do paradoxo, e não está comprometida com a tese problemática de variação de requerimentos para conhecimento.

### **3 Uma resposta externalista**

É perfeitamente possível compreender a intuição contextualista com relação ao paradoxo cético. Nós fazemos inúmeras atribuições de conhecimento cotidianamente e estamos muito confortáveis com isso. De repente, em salas de aula, ou em conversação com um amigo muito eloquente, pensamos sobre cérebros em cubas, estados alucinatórios, estados oníricos, a possibilidade de estarmos constantemente enganados, e nossas crenças não mais parecem assim tão certas. Nós deixamos de atribuir conhecimento a nós mesmos, ao menos momentaneamente. Certamente, algo aconteceu. Particularmente, alguma coisa aconteceu durante uma conversação. Mas o quê? O que nós entendíamos por conhecimento mudou? Nós não precisamos assumir isso. Embora ao longo da história da análise do conhecimento tenhamos sido constantemente nutridos de exemplos sobre o quão difícil é definir consensualmente nossos conceitos epistêmicos, isso não significa que nós ignoremos aquilo em que consiste basicamente nosso conceito de conhecimento, ou aquilo que estamos expressando quando fazemos tais atribuições.

Adotar a tese contextualista implica a suposição de que nós nos confundimos sobre quais são as nossas intenções, propósitos, suposições etc., quando fazemos atribuições de conhecimentos ordinariamente e em contextos céticos. Mas nós não nos confundimos. Uma explicação muito mais simples para o que ocorre nessas conversações, e que dispensa as complicações de (II), é o que podemos chamar de, seguindo Ram Neta (2003), *contextualismo de evidência*. Basicamente,



em contextos ordinários nós estamos *assumindo* que nossas crenças sobre o mundo são corretas. Nessas situações, todas as nossas experiências sensíveis e as nossas crenças acumuladas *contam* como evidência. É uma convenção compartilhada por todos os falantes em situações cotidianas, ou quase todos. Em contextos céticos, quando sinceramente nos empenhamos em nos colocar em situações céticas, nossas experiências sensíveis não contam mais como fonte de conhecimento, e nós temos a sensação de que estávamos apenas nos iludindo na maior parte de tempo. Isso explica a angústia que um argumento cético pode gerar<sup>7</sup>. Isso também, ao contrário do CS, não requer qualquer teoria do erro para explicar a origem do paradoxo. Nós encontramos uma situação em que achamos razões para duvidar da veracidade de nossas crenças empíricas, mas nós também não jogamos nossas convicções, acumuladas por anos de experiência – pelos menos, essa é a impressão –, pela janela.

Embora pressuposições sobre nossas experiências variem nos dois contextos, o que queremos dizer com “conhecer”, não. Quando fazemos a atribuição “eu sei que tenho duas mãos” ordinariamente, e declaramos “eu não sei se tenho duas mãos” em um contexto cético, nós expressamos exatamente a mesma relação entre um sujeito e uma proposição, algo que pode ser grossamente traduzido como “é o caso que  $p$ , e  $S$  ‘captura cognitivamente’ este fato”. Nós podemos, portanto, assumir que a razão por que as duas sentenças parecem tão contraditórias é porque elas realmente são. Também é por isso que tendemos a concordar, a favor de ( $P_1$ ), que

---

<sup>7</sup> Jonathan Schaffer (2004) argumenta especificamente que o modelo indexical dos contextualistas não pode explicar “*why skeptical arguments seem so nightmarish, because errors with indexicals do not occur*” (p. 93). Aqui, ao contrário, não é nem um pouco discordável que a maioria de nós assume que é correto pensar que o mundo é realmente tal como nós supomos.

não podemos saber se somos ou não um cérebro em uma cuba. Esse não parece ser o tipo de proposição que pode ser conhecido. Da mesma forma, é por isso que tendemos a concordar com  $(P_2)$  e com a conclusão que se segue de um argumento cético – se não eu tenho como saber que não é caso de  $H$ , como eu posso saber, por exemplo, que realmente é o caso que eu tenho duas mãos? Agora, alguém pode objetar que essa explicação do paradoxo nos leva obrigatoriamente a assumir o ceticismo. Esse é o caso? Não.

O que nós queremos defender não envolve assumir o que os contextualistas chamam de invariantismo cético. Nós não defendemos que os requerimentos para conhecimento sejam sempre muito altos, e que por isso nossas atribuições de conhecimento ordinárias sejam geralmente falsas. Como argumentamos em 2.1,  $(I)$  o paradoxo se origina de algo vindo de nossos conceitos epistêmicos, e uma resposta adequada a ele não pode ignorar sua natureza. Especificamente, a estrutura do argumento cético nos coloca em uma armadilha. A plausibilidade individual de cada uma de suas premissas gera a interpretação de que para possuímos conhecimento de qualquer proposição empírica, nós precisamos antes saber se não estamos em um mundo descrito pelos cétricos. Assumir o invariantismo cético significa exatamente defender que esses são os requerimentos para conhecimento. Nesse caso, nossas atribuições seriam mesmo falsas de acordo com nossos próprios critérios. Mas essa conclusão pode ser evitada com uma resposta conceitual ao paradoxo.

Apesar de permitir o paradoxo, nosso conceito de conhecimento também autoriza categorizações de conhecimento, mesmo em situações em que não temos como afastar possibilidades cétricas. Tendo em mente que o que queremos dizer com conhecer significa algo como capturar cognitivamente um fato do mundo, não é difícil perceber a possibilidade de possuímos conhecimento sobre proposições empíricas. Um estado de conhecimento pode ser basicamente entendido como uma

relação adequada entre o sujeito e o mundo externo. Isso é o que os *externalistas* têm dito há algum tempo sobre a posse de conhecimento. Para que alguém saiba, por exemplo, onde guardou as chaves de sua casa, é preciso apenas que ele seja bem-sucedido em lembrar onde as guardou. Isso é suficiente para que ele tenha a relação com *p* (“minhas chaves estão na escrivaninha”) que expressamos quando lhe atribuímos conhecimento<sup>8</sup>. Para saber onde suas chaves *estão*, no entanto, pode ser mais complicado. Pode ser que alguém que more com ele as pegou sem avisar, ou que uma gralha que gosta de objetos brilhantes entrou voando pela janela e as levou embora. Enfim, o fato de ele lembrar perfeitamente onde as guardou pode não parecer suficiente para que ele conheça o fato de onde estão suas chaves agora. O ponto é que as categorizações intuitivas desses casos não dependem da eliminação de hipóteses céticas típicas. Nossa intuição do caso de que uma boa memória é suficiente para que sujeito saiba que *p*, particularmente, envolve implicitamente a pressuposição de que o mundo é como imaginamos – não existem demônios malignos, nem estamos em um cérebro em uma cuba etc. O mesmo ponto pode ser dito com relação a proposições empíricas no geral. Para que nós estejamos em uma relação adequada com o mundo, uma relação que permite estarmos certos sobre

---

<sup>8</sup> Alvin Goldman (1979, 1986) argumentou convincentemente que a *confiabilidade* de um processo afeta nossas intuições sobre o status epistêmico de uma crença que resulta dele. Se, por exemplo, a memória desse sujeito constantemente o engana, isto poderia afetar nossas intuições sobre o caso. Mas podemos aqui ignorar estas complicações.

inúmeras proposições empíricas, é necessário apenas que estejamos certos sobre o modo como mundo é<sup>9</sup>. Uma passagem de Dretske (2004) resume bem essa ideia:

If there is, unknown to us, a Cartesian demon at work in the universe, deceiving us in random, unpredictable ways, we do not know much, if anything, about the world. Even when we are right (the demon doesn't fool us all the time), we don't know. Skepticism is true. Externalism tells us that whether or not skepticism is true, whether or not we know, depends not on our knowing there is no such demon, but on there not being one. That is something we may not know at all (p. 174).

Na maior parte do tempo, portanto, quando não temos razões para duvidar da validade de nossas evidências empíricas, nosso conhecimento depende apenas que certos fatores externos favoráveis realmente ocorram. Nosso conceito de conhecimento está de acordo com isso. Muitos podem achar que essa solução não é realmente satisfatória. Ela pode ser interpretada, por exemplo, como uma versão do *falibilismo*, uma posição que no geral poucos consideram realmente satisfatória. No entanto, talvez não seja mesmo possível satisfazer a todos os nossos almejos epistêmicos. Nós não temos como garantir que o mundo é exatamente como supomos. Uma resposta externalista, todavia, pode ser consolante o bastante ao nos conciliar novamente com a possibilidade de conhecimento. Além disso, dada a natureza conceitual do paradoxo cético, e a falha do CS em resolvê-lo, nós esperamos ter reforçado a motivação para aceitar uma resposta externalista.

---

<sup>9</sup> Isto não é o mesmo que simplesmente dizer que alguém possuir conhecimento empírico é uma questão de sorte. De fato, é necessário que seja o caso do mundo ser como supomos. Mas não é uma questão de sorte que nós possuamos conhecimento sobre proposições particulares. Para isto, é necessária uma série de coisas, como utilizar processos cognitivos confiáveis, adquirir evidência adequada, possuir ou não justificção, etc. Se o mundo ser mesmo como assumimos é uma questão de sorte epistêmica, muitos estão dispostos a assumir *este* tipo de sorte para a posse de conhecimento, mas cada proposição específica requer uma série de propriedades epistêmicas particulares para ser conhecida.

## Referências

- ANNIS, D. B. A contextualist theory of epistemic justification. **American Philosophical Quarterly**, v. 15, n. 3, p. 213-219, 1978.
- BACH, K. The emperor's new 'knows. In: PREYER, G ; PETER, G. (Eds.). **Contextualism in philosophy: knowledge, meaning, and truth**, Clarendon Press, 2005, p. 51-90.
- BARSOLOU, L. Ideals, central tendency, and frequency of instantiation. **Journal of Experimental Psychology: learning, memory, and cognition**, v. 11, p. 629-654, 1985.
- COHEN, Stewart . How to be a fallibilist. **Philosophical Perspectives**, v. 2, p. 91-123, 1988.
- \_\_\_\_\_, Contextualism, skepticism, and the structure of reasons. **Philosophical Perspectives** v. 13, p. 57-89, 1999.
- DeROSE, K. Contextualism and knowledge attributions. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 52, n. 4, p. 913-929, 1992.
- \_\_\_\_\_, Solving the skeptical problem. **The Philosophical Review**, v. 104, n. 1, p. 1-52, 1995.
- \_\_\_\_\_, Contextualism: an explanation and defense. In: **The blackwell guide to epistemology**, J. Greco and E. Sosa, eds. Malden MA, 1999. p. 185-203,
- DRETSKE, Fred. Externalism and modest contextualism. **Erkenntnis**, v. 61, p. 173–186, 2004.
- FELDMAN, Richard. Skeptical problems, contextualist solutions. **Philosophical Studies**, v. 103, p. 61-85, 2001.
- \_\_\_\_\_, Comments on DeRose's 'single scoreboard semantics'. **Philosophical Studies**, v. 119, n. 1-2, p. 23-33, 2004.
- GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge? **Analysis**, v. 23, p. 121-123, 1963.
- GOLDMAN, A. What is justified belief? In: **Justification and knowledge**, ed. G.S. Pappas. Dordrecht: D. Reidel. 1979, p. 1-23.
- \_\_\_\_\_, **Epistemology and cognition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.
- GRECO, John. What's wrong with contextualism? **Philosophical Quarterly**, v. 58, n. 232, p. 416–436, 2008.

- HELLER, Mark. The proper role of contextualism in anti-luck epistemology. **Philosophical Perspectives**, v. 13, p. 115-29, 1999.
- KORNBLITH, H. The contextualist evasion of epistemology. **Philosophical Issues**, v. 10, p. 24-32, 2000.
- LEWIS, D. Scorekeeping in a language game. **Journal of Philosophical Logic**, v. 8, p. 339-359, 1979.
- NETA, R. Contextualism and the problem of the external world. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 66, n. 1, p. 1-31, 2003.
- ROSCH, E. Principles of categorization. *In: Cognition and categorization*. E. Rosch and B. Lloyd (eds.), Lawrence Erlbaum, Hillsdale, New Jersey, 1978, p. 27-48.
- SOSA, Ernest. Skepticism and contextualism. **Philosophical Issues**, v. 10, p. 1-18, 2000.
- STANLEY, J. **Knowledge and practical interests**. New York and Oxford: Oxford University Press, 2005.
- STINE, Gail C., Skepticism, relevant alternatives, and deductive closure. **Philosophical Studies**, v. 29, p. 249-261, 1976.
- STROUD, Barry. **The significance of skepticism**. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- UNGER, P. **Ignorance: a case for skepticism**. New York: Oxford University Press, 1975.
- YOURGRAU, P. Knowledge and relevant alternatives. **Synthese**, v. 55, p. 175-190, 1983.